

# MPPE em foco.



ANO VII – Nº 29  
Recife, abril / maio / junho de 2016

**Basta de cultura do estupro!**

- >> Campanha sobre humanização do parto traz reconhecimento ao MPPE
- >> Gestão por competência cria estratégias para levar equipe a alcançar metas
- >> Troca de informações amplia atenção psicossocial a crianças e adolescentes
- >> Rede entre MPs brasileiros visa mais qualidade de vida no trabalho



**Segurança de população LGBT  
carcerária preocupa MPPE. Pág.17**



Humanização do parto. Nasce o respeito.

Humanizar o parto é respeitar as escolhas da mulher e seu direito ao atendimento digno e sem violência.

Saiba mais em [www.mppe.mp.br](http://www.mppe.mp.br)

*Se seus direitos não forem respeitados,  
denuncie: Ministério Público de Pernambuco  
0800 281 9455 / [www.mppe.mp.br](http://www.mppe.mp.br)  
Ouvidoria do MPPE: (81) 3303.1244  
No interior, procure a Promotoria de  
Justiça da sua cidade.*

# sumário

MPPE EM FOCO  
Publicação trimestral em versão digital  
Abril | Maio | Junho 2016

---

## **Premiação**

Campanha sobre o projeto *Humanização do Parto*. *Nasce o respeito* fica em segundo lugar na premiação do XII Congresso Brasileiro de Comunicação e Justiça. **5**

## **Entrevista**

Desempenho organizacional depende da identificação das habilidades individuais de cada servidor e do bom entrosamento das equipes. **6**

## **Violência contra a mulher**

A cultura do estupro presente na sociedade é um dos desafios a ser vencido para que as mulheres tenham mais segurança em seu cotidiano. **9**

## **Direito infanto-juvenil**

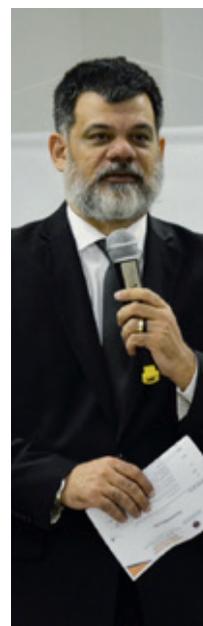
Projeto do MPPE enfatiza a importância da troca de experiências entre Promotorias e órgãos para avanços na atenção psicossocial a crianças e adolescentes. **12**

## **Qualidade de vida no trabalho**

Com coordenação de Rogério Carneiro Paes (foto), MPs do Brasil se reúnem para traçar rede de informações que visa melhor qualidade de vida no trabalho. **14**

## **Direitos humanos**

População LGBT que se encontra em situação prisional necessita de condições específicas de tratamento para evitar preconceitos e discriminações. **17**



## A cultura do estupro tem a ver conosco

“Mas ela estava de saia curta”, “mas ela estava indo para uma festa”, “mas ela não deveria andar sozinha à noite”, “mas ela estava pedindo”, “mas ela estava provocando”. Quem nunca ouviu uma frase usada para culpar a mulher pela violência sexual sofrida por ela? Trata-se da cultura do estupro, que arranja desculpas para os ataques masculinos contra as mulheres.

A cultura do estupro é cotidiana. Está nos lares, nas ruas, nas revistas, na TV, nos filmes, na linguagem, na publicidade, nas leis. Nada mais que uma naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos que apenas estimulam agressões sexuais contra as mulheres.

Nenhuma frase deve servir para normalizar ou justificar o estupro, um ato bárbaro. A vítima não pode ser responsabilizada, tenha ela o comportamento que tiver ou use a roupa que usar.

O homem não deve ser incentivado a perseguir, obrigar, dopar, forçar a mulher a aceitá-lo como parceiro só para se autoafirmar macho, acreditando que a mulher lhe pertence e de jeito algum pode rejeitá-lo. É também absurda a argumentação de que o homem não consegue controlar seus instintos e não teria culpa pela sua falta de controle.

Esse pensar machista, arraigado na estrutura social, impulsiona comportamentos incômodos, como cantadas de rua e piadas sexistas, e até criminosos como ameaças, assédio moral ou sexual, estupro e feminicídio.

As mulheres vivem sob constante ameaça. Quando se fala em estuprador é recorrente que a imagem seja de um doente, psicopata, um “monstro” à espreita perseguindo mulheres na rua. Na maioria dos casos, contudo, a violência vem de homens comuns e, em muitas situações, os abusadores são parentes ou amigos próximos da vítima.

O estupro ainda acaba muitas vezes silenciado pela vergonha que causa à vítima. É um crime extremamente íntimo, uma violação profunda. Se as pessoas que lidam com esses casos - médicos, advogados, policiais - não tiverem respeito e entendimento, não vão conseguir ajudar as mulheres. É muito importante não desacreditar a mulher. Ser obrigada a fazer sexo à força, mesmo que seja com um conhecido, é traumático e traz consequências para o resto da vida afetiva e sexual.

A todos, uma boa leitura!

## Expediente

---

Ministério Público de Pernambuco – Procurador-geral de Justiça Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda | Subprocurador-geral em Assuntos Institucionais Fernando Barros de Lima | Subprocuradora-geral em Assuntos Administrativos Lais Coelho Teixeira Cavalcanti | Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos Clênio Valença Avelino de Andrade | Corregedor-geral Renato da Silva Filho | Corregedor-geral substituto Paulo Roberto Lapenda Figueiredo | Ouvidor-geral Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti | Secretário-geral Aguinaldo Fenelon de Barros | Secretário-geral adjunto Valdir Francisco de Oliveira | Chefe de gabinete José Bispo de Melo | Assessora Ministerial de Comunicação Social Evângela Andrade | Jornalistas Alana Moreira, Bruno Bastos, Giselly Veras, Isa Maria, Izabella Cavalcanti e Miguel Rios | Publicidade Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado | Estagiários Vinicius Melo, Luiza Ribeiro (Jornalismo) Maria Eduarda Rocha (Publicidade) | Apoio Administrativo Bruna Vieira e Marli Cruz | Fotógrafo Thiago Aquino | REVISTA MPPE - Edição Miguel Rios | Projeto Gráfico Leonardo MR Dourado | Diagramação Aluísio Ricardo | Fotos Assessoria MPPE.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antonio, Recife, PE – CEP: 50.010-240 – Fones: (81) 3303.1259 / 1270 / 1279 – Fonefax: (81) 3303.1260 – imprensa@mppe.mp.br – www.mppe.mp.br – www.twitter.com/mppe\_noticias



Procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, e a promotora de Justiça Maisa Melo ladeados pela equipe do projeto

# Mais um reconhecimento ao MPPE

Um projeto muito bem aceito pela sociedade pernambucana gerou uma estratégia de divulgação que repercutiu bem e rendeu um prêmio ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE). A campanha institucional *Humanização do parto. Nasce o respeito* conquistou o segundo lugar do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2016, na categoria Campanha de Comunicação de Interesse Público. Na mesma categoria concorreram a *Campanha de combate ao trabalho infantil*, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (1º lugar), e a campanha *João Cidadão: seja grande como os seus direitos*, desenvolvida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (3º lugar).

A entrega dos prêmios aos vencedores ocorreu no encerramento do XII Congresso Brasileiro de Comunicação e Justiça, realizado em Belém (PA), nos dias 16 e 17 de junho.

“Fomos vitoriosos com o êxito de mais um projeto bem avaliado, que se identifica com a nossa atuação em defesa da coletividade. Tenho a certeza de que estamos no caminho certo, com uma campanha destacada nacionalmente e mostrando à população que o parto humanizado não pode ser colocado em segundo plano”, afirmou o procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda.

A campanha *Humanização do parto. Nasce o respeito* promoveu ações de comunicação para sensibilizar a sociedade, especialmente as mulheres gestantes e seus familiares, profissionais de saúde, gestores públicos e integrantes do Ministério Público sobre os direitos de todas as pessoas que vivenciam o nascimento de uma criança.

“Essa campanha está extremamente alinhada com os mais atuais desafios da

saúde e com os Objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU. Esperamos que esse engajamento continue entusiasmando a todos, na sociedade e dentro do MPPE, para tornarmos o nascimento um momento sublime na vida das pessoas”, salientou o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, Édipo Soares.

Todas as ações de comunicação fazem parte do projeto institucional *Humanização do Parto*, que também realizou encontros regionais com integrantes do MPPE, profissionais da saúde e a sociedade civil em várias cidades pernambucanas e disponibilizou apoio técnico aos promotores de Justiça com atuação na Defesa da Saúde.

“O alcance e a dimensão que a campanha tomou mostram que este é um tema que interessa a todos nós, cumprindo com a missão institucional de promover a cidadania”, afirmou a líder do projeto *Humanização do Parto*, promotora de Justiça Maisa Melo.

Idealizada com base em conceitos como

empoderamento, sensibilização, acolhimento da criança e esclarecimento da mulher, dos seus familiares e dos profissionais de saúde, a campanha contou com diversos canais de divulgação.

Ao todo foram compostas 9 mil cartilhas informativas, 4 mil folders, 2 mil cartazes, 30 peças de outbus e várias postagens sobre o tema na página do MPPE no Facebook. A postagem sobre a cartilha foi a mais compartilhada da história da página do MPPE, segundo o relatório do próprio Facebook.

Outro diferencial da campanha foi uma exposição fotográfica itinerante, que percorreu as cidades do interior do Estado junto com os encontros regionais realizados em 2015 e depois aportou em locais de grande circulação, como faculdades da Região Metropolitana do Recife. As imagens que ilustram a exposição e as peças da campanha *Humanização do Parto. Nasce o respeito* foram produzidas em situações reais de partos realizados em unidades de saúde e foram cedidas por mulheres que apoiaram a causa.

## Valorização das habilidades ajuda no desempenho organizacional

Por Alana Moreira

Em um ambiente profissional, seja no contexto do mercado corporativo, com metas de curto prazo e vistas ao lucro nas atividades, ou na instituição pública, cuja probidade e atendimento eficaz à população devem reger seu funcionamento, lidar com uma equipe coesa e ciente de suas habilidades torna-se imprescindível para contribuir com o crescimento do trabalho. Em entrevista à **MPPE em Foco**, o administrador e professor Cassiano Machado Silva discorreu sobre os benefícios do método de gestão por competência para gestores, colaboradores e instituições, tornando mais claro o processo no alcance das metas.

Fotos: Divulgação

O modelo de gestão por competências surge como um método cada vez mais difundido em empresas e instituições públicas que passam a reconhecer, em seus colaboradores, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes como fundamentais para o planejamento futuro e desempenho organizacional.

Ciente da importância da difusão e aplicação do modelo na instituição, a Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco, junto à Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas, trouxe ao Recife Cassiano Machado Silva, mestre em Administração pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Fundação Instituto de Administração (FIA).

Durante dois dias, foram realizados um curso e uma palestra para membros e servidores, resultado de um desdobramento de uma ação estruturante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para a implantação do processo de gestão por competências nos estados que firmaram o Acordo de Resultados em 2014.

Acompanhe as ideias de Cassiano Machado Silva:

#### **O que caracteriza a gestão por competências?**

É o processo de gestão composto pelas fases de planejamento, execução, controle, acompanhamento e avaliação das competências. Para que seja bem sucedido, é imprescindível identificar quais competências são necessárias entre os colaboradores da

**“A longo prazo há uma percepção mais clara de como a atuação das pessoas é imprescindível para a estratégia das organizações”**

equipe, identificar as prioridades de desenvolvimento profissional, definir ações e tratar dos desafios futuros.

#### **Quais as diferenças da gestão por competências nos ambientes corporativo e público?**

No setor público há uma menor flexibilidade na gestão de pessoas. Mas, por outro lado, percebemos mais investimentos e maior tempo de convivência, o que permite ao gestor conhecer melhor suas equipes, o que pode ser bastante produtivo a médio e longo prazos. Já no setor privado as decisões e metas são de curto prazo e não há

muito tempo hábil para construir essa relação mais longa entre colaboradores e gestores. Entretanto, a maior flexibilidade e a maior facilidade em medir objetivos e metas contribuem para uma maior agilidade na gestão de pessoas.

#### **Como a utilização do método é percebido nas instituições?**

De fato o método só é efetivo quando fornece um retorno, o que já se percebe no mundo corporativo, mais habituado ao método do que o ambiente público, que o vem aplicando de maneira paulatina e há menos tempo.

Um dos resultados imediatos é dar uma oportunidade de feedback de uma forma mais estruturada, que permita tratar as situações de trabalho de uma maneira menos complicada, facilitando o alcance das metas, aproximando gestores e equipes. Uma ressalva é que, quando o método é



Fotos: Divulgação

**Cassiano Machado Silva vê como ponto positivo ao gerenciamento o maior tempo de convivência entre as equipes do setor público**

utilizado pelas empresas para outros tipos de decisões, como carreira ou remuneração, é possível que ele seja um dos insumos, mas não deve ser o fator único e determinante para uma tomada de decisões, para que se evite distorções nas próprias avaliações.

A longo prazo há uma percepção mais clara de como a atuação das pessoas é imprescindível para a estratégia das organizações. Como elas vão atuar para alcançar essas metas é o que a gestão por competências ajuda a captar, por exemplo, a forma como a equipe reage às situações de crise, de mudanças no ambiente de trabalho e à rotina das atividades.

### **Nesta perspectiva o processo do autoconhecimento é fundamental para uma noção mais precisa de suas habilidades?**

É muito importante que haja essa cultura do autoconhecimento da parte dos gestores e colaboradores, mas nem sempre no Brasil há um estímulo a essa prática. Isso vem mudando com as novas gerações que recebem mais estímulos para uma nova perspectiva de como gerenciar suas habilidades, bem diferente do cenário na década de 1990, por exemplo, quando menos de dois por cento dos executivos de sucesso pesquisados em um trabalho

havia pensado no futuro de suas carreiras. Mas quem desenvolve esse hábito de autoconhecimento, pensa nos desafios, interesses, pontos fortes e evita atividades que não valorizem essas habilidades. Esse processo facilita para que as pessoas observem suas competências, facilitando o diálogo com o gestor.

E o modelo pode ajudar a provocar esse tipo de reflexão e avaliar quais os pontos que ajudam no trabalho e quais aqueles que precisam ser desenvolvidos. Ou até encontrar pontos que as pessoas nem mesmo conhecem e como podem desenvolvê-los.



## Não silencie sobre a cultura do estupro

A repercussão do caso de estupro coletivo contra uma adolescente de 16 anos, ocorrido no Rio de Janeiro, levou o assunto ao debate público. E, apesar de as evidências, inclusive registradas em vídeo, comprovarem que a jovem estava desacordada, muitas pessoas questionaram se a vítima teria alguma responsabilidade sobre a violência.

Por Vinícius Maranhão e Luiza Ribeiro

Essa culpabilização da vítima é apenas um dos aspectos da cultura do estupro, termo cunhado pelas feministas norte-americanas dos anos 1970, para definir as formas com que a sociedade naturaliza a violência sexual masculina.

Em Pernambuco, ganhou popularidade o caso da bióloga estuprada em Fernando de Noronha, em 9 de janeiro deste ano. A situação foi abordada durante audiência pública realizada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), em Fernando de Noronha, nos dias 21 e 22 de janeiro. A bióloga, que pediu para ter o nome preservado, solicitou ao MPPE para ir à Escola Estadual do Arquipélago, local do evento, com o objetivo de passar uma mensagem contra o machismo e a cultura do estupro.

“A nossa prioridade deve ser desconstruir as relações de poder sexistas. Para Fernando de Noronha ser um lugar realmente

seguro para as mulheres noronhenses, para quem veio a trabalho e para as turistas, é necessário estimular a denúncia, proceder à investigação e punição dos culpados. Quanto mais difícil for para a mulher denunciar e quanto mais esses crimes ficarem impunes, mais estamos expondo as mulheres a riscos”, afirmou a bióloga.

O promotor de Justiça André Rabelo, que convocou a audiência pública, parabenizou a bióloga pela coragem de denunciar o caso e suscitar a ação do poder público. Ele confirmou que a violência doméstica é um dos maiores problemas sociais em Fernando de Noronha, já que cerca de 60% dos processos da área criminal ajuizados pela Promotoria de Justiça local se devem a casos desse tipo de crime.

A Justiça acatou denúncia do MPPE contra o cozinheiro Nelson Thiago de Paula Lopes, 33 anos. De acordo com a polícia,

“Quanto mais difícil for para a mulher denunciar e quanto mais esses crimes ficarem impunes, mais estamos expondo as mulheres a riscos”



Foto:AMCS



# #ChegaDeSilêncio

a bióloga foi surpreendida pelo suspeito e seguiu na moto dele até a Praia do Bode, onde foi obrigada a praticar o ato sexual, sendo ainda agredida porque se negou a fazer sexo. A vítima foi à Delegacia de Fernando de Noronha e prestou a queixa. Na semana seguinte, após investigações e divulgação do retrato falado, o suspeito foi preso no Recife.

“Não adianta alertar as mulheres sobre os perigos da violência enquanto o agressor continuar existindo. Tem uma frase que eu escutei e gostaria que os homens refletissem sobre o assunto, que diz que o homem conhece o medo de ser estuprado quando vai preso. As mulheres não, elas morrem de medo de ser estupradas o tempo todo. É preciso pensar em uma campanha educativa voltada para os homens”, declarou a vítima.

## CULTURA DO ESTUPRO

A cultura do estupro atua no sentido de perpetuar a ideia de que a violência contra a mulher e a coerção sexual são normais, a ponto de fazer as pessoas acreditarem que o estupro é inevitável. Através do uso de linguagem misógina, objetificação do corpo das mulheres e glamurização da violência sexual, seja por meio de piadas, programas de televisão, músicas e propagandas, é criada uma sociedade que desconsidera a segurança e os direitos das mulheres.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) se manifestou, no dia 31 de maio, através de uma nota pública, afirmando que a violência sexual praticada contra meninas e mulheres constitui uma

das formas mais devastadoras de violação aos direitos humanos.

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, todos os anos a polícia brasileira registra uma média de 50 mil casos de estupro, e o número de ocorrências tende a ser ainda maior ao considerar que, estatisticamente, apenas 35% das vítimas costuma relatar o episódio às polícias.

O CNMP também reiterou a importância da educação para igualdade de gênero como política pública imprescindível na construção de uma cultura de respeito e não violência, e reforçou a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero na apuração dos crimes, punir todos os envolvidos, garantir o acesso pleno à Justiça e a reparação das vítimas, em todos os aspectos.

Em 2015, o Governo de Pernambuco registrou 852 estupros na capital e Região Metropolitana e 964 no interior. De janeiro a abril deste ano foram registrados 269 casos na capital e Região Metropolitana e 297 no Interior.

## OUTRO CASO

Em maio deste ano, ocorreu a quinta audiência de instrução sobre o assassinato e estupro de Maria Alice Seabra, na 1ª Vara Criminal do Fórum de Paulista. Foi ouvida a quarta e última testemunha de defesa de Gildo da Silva Xavier, suspeito pela morte da enteada. O juiz José Romero de Aquino também analisou o pedido de liberdade provisória do acusado do crime, mas negou a solicitação e ele, réu confesso, permanece preso. Antes da audiência, familiares da jovem,

morta aos 19 anos, fizeram um protesto. Vestindo camisas com o rosto de Maria Alice, os parentes da jovem carregavam faixas com pedido de justiça. “O que ele fez foi muito cruel. Ele deve permanecer preso para não colocar em risco a vida de outros inocentes”, ratificou Maria José Arruda, mãe de Maria Alice.

“Ele é réu confesso, só poderia mudar alguma coisa nesse cenário caso houvesse uma testemunha do momento, mas não há. Vamos aguardar o júri popular. Esse caso precisa ser julgado urgente”, afirmou a assistente de acusação do MPPE no caso, Solange Vieira. “Cada vez que a gente mexe na ferida, é uma dor ainda maior. Queremos que ele seja julgado logo e que a justiça seja feita. Minha luta vem sendo grande e eu vou até o fim”, afirma a mãe de Maria Alice.

De acordo com o artigo 213 do Código Penal, o crime de estupro consiste em “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. A pena prevista é a reclusão, que vai de seis a dez anos, com agravante nos casos em que a conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 anos, para os quais a reclusão pode variar de oito a 12 anos.



Foto:AMCS

Entrevista/André Rabelo

## “É preciso denunciar”

**Durante o depoimento inicial da adolescente violentada à Polícia Civil do Rio de Janeiro, a veracidade dos fatos foi questionada pelo delegado, que julgou as provas insuficientes, além de constranger a jovem com questionamentos, como por exemplo, se ela tinha o costume de fazer sexo em grupo. O delegado foi posteriormente afastado e, após surgimento de novos vídeos que comprovam o crime, acabou por ser exonerado. Como a vítima deve proceder numa situação dessas num caso sem a mesma repercussão midiática?**

Deve levar ao conhecimento do Ministério Público da Infância e Juventude para adoção das medidas legais e cabíveis, e denunciar o fato à imprensa, buscando a responsabilidade administrativa da autoridade policial.

**A vergonha da vítima de estupro muitas vezes é crucial para o silêncio. Que medidas podem colaborar para deixar a vítima mais à vontade para denunciar o autor do crime e prestar depoimento durante as investigações e julgamento?**

Absoluto sigilo quanto à investigação dos fatos; preservação da imagem da vítima e utilização de mulheres com as pessoas que investiguem e tomem a declaração da víti-

ma, sob a garantia do sigilo do conteúdo das declarações.

**Muitas pessoas acreditam que o estupro só é consumado se há a conjunção carnal. Que outras situações, por lei, podem configurar o crime de estupro?**

O art. 213 do Código Penal modificou a conceituação do crime de estupro. A partir de então, qualquer ato libidinoso, além da conjunção carnal, pode ser considerado como estupro, desde que não consentido pela vítima, nem seja vulnerável. Considerando vulnerável a pessoa menor de 14 anos ou com enfermidade ou deficiência mental ou que não tenha o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

**Diversos indivíduos pregam medidas extremas contra o estupro, como a castração química, porém pouco se fala na prevenção de tais crimes. Por que essa dificuldade para debater o tema? O MPPE desenvolve alguma ação de combate à cultura do estupro?**

À medida em que se discute em escolas, comunidades diversas o assunto, essa resistência vai sendo quebrada. A aplicação do que dispõe a lei, na nossa visão, é su-

ficiente para a punição do crime, considerando ser o mesmo de natureza hedionda e a pena a ser cumprida inicialmente em regime fechado, correspondendo a 2/5 de sua totalidade. O Ministério Público procura incentivar as vítimas a procurarem as instituições responsáveis por apurar os delitos, devendo isso ser difundido na sociedade cada vez mais.

**Muitas vezes a situação de estupro acontece dentro de casa, no cotidiano da vítima, sendo praticado pelo marido ou algum parente, em casos que, inclusive, nem sempre são compreendidos como crime pelos envolvidos, justamente pela relação familiar envolvida. Terceiros que percebam a prática do delito podem denunciar. Se a própria vítima não consegue compreender a situação, ainda há algo a ser feito?**

É verdade a enorme quantidade de estupro cometido no seio familiar. A conscientização de familiares das vítimas é fundamental para aumentar a repressão a esse tipo de comportamento. Terceiras pessoas, não só podem, como devem denunciar, qualquer que seja o grau de parentesco entre vítima e acusado. Deve haver uma conscientização cada vez maior da comunidade e o incentivo à procura de entidades como Conselhos Tutelares, CRAS, entidades ligadas às mulheres e instituições afins.



Foto:AMCS

**Promotora de Justiça Aline Laranjeira relata suas experiências no tratamento com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade**

# Maior atenção psicossocial a crianças e adolescentes

Mais um projeto do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) se volta para a defesa de pessoas em situação de vulnerabilidade. Trata-se do *Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes*.

O projeto já foi apresentado em diversas Promotorias e tem como público-alvo promotores de Justiça, conselheiros tutelares e representantes dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Lazer dos municípios. O lançamento ocorreu na Sede das Promotorias de Justiça do MPPE em São Lourenço da Mata, em março deste ano.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude) do MPPE, promotor de Justiça Luiz Guilherme Lapenda, explica o objetivo: “A troca de informações entre as Promotorias de Justiça e os órgãos que cuidam das demandas referentes à atenção psicossocial a crianças e adolescentes por todo Estado, a

fim de fomentar um maior esclarecimento e dar mais êxito a abordagens, diagnósticos e tratamentos daqui para frente”.

Nos encontros são discutidas as ações existentes de prevenção ao consumo de drogas e atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes e como planejar o enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas de modo mais eficaz e humanizado. “Estamos em contato com promotores de todo Estado, colhendo experiências que deram bons frutos. Vamos viajar pelos municípios para replicá-las e, assim, dar suporte às Promotorias de Justiça que têm mais dificuldade em lidar com o problema”, comenta Guilherme Lapenda.

Aline Laranjeira, que atualmente é promotora de Justiça no município de Buenos Aires, na Mata Norte, contribui com pales-

tras sobre sua experiência com adolescentes e crianças usuárias de drogas e com problemas de saúde mental, quando ainda atuava em Arcoverde e Ibimirim, no Sertão. Na época, cerca de três anos atrás, ela acordou com as prefeituras um atendimento mais proveitoso aos pacientes.

“Primeiro, os gestores precisavam conhecer o usuário, fazer a triagem e, depois, encaminhá-lo ao local mais indicado para ele, fosse dentro ou fora do município. E ainda era necessário informar ao cidadão que havia o serviço e instituições para tratar seus filhos, parentes, etc”, recorda a promotora.

Segundo ela, os gestores também precisaram se conhecer e definir os papéis de cada um. Assim, a engrenagem funcionou de maneira mais satisfatória. “Quando se



Foto:AMCS

**O promotor de Justiça Guilherme Lapenda defende a troca de informações e experiências proveitosas entre Promotorias e órgãos que tratam da assistência de crianças e adolescentes**

estabelece quem faz o quê e onde se trata o quê, ficam bem mais fáceis os encaminhamentos e os ajustes futuros são mais rápidos de resolver”, afirma.

Os presentes sempre relatam suas experiências e corroboram com a fala de Aline Laranjeira. Contam que a maioria dos casos que chegam a eles já é de situações limite, onde o paciente ou teve diversas crises e o estado é considerado grave.

“Estamos cientes de que há casos nos quais o paciente mental e/ou usuário de drogas passa toda a infância e juventude sem receber atenção devida e só vai ter ajuda profissional na fase adulta. O estigma sobre esses problemas ainda é muito grande, causa medo na família e recusa da realidade. O somatório atrapalha tanto no tratamento quanto na reintegração na

sociedade”, aborda o promotor de Justiça Guilherme Lapenda.

A promotora lembra que a abordagem e o atendimento precisam ser humanizados e esclarecedores. “Por trás daquele caso, existe gente. Um paciente que necessita de ajuda e uma família que, na maioria das vezes, já se encontra em desespero.”

Os encontros também contribuem para o debate sobre a adequação da Rede de Atenção em Saúde Mental nos municípios para crianças e adolescentes, incentivando a articulação dos atores envolvidos e estimulando a participação da sociedade na implantação de políticas públicas em saúde mental que envolvam atividades terapêuticas, educativas, esportivas, artísticas e de diversão.

## REFORÇO

Outra contribuição tem sido a distribuição aos presentes nos eventos da publicação *Drogas: Cartilha para Pais de Adolescentes*, editada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, ligada ao Ministério da Justiça.

A publicação traz informações aos pais sobre como lidar com o problema e, principalmente, preveni-lo. As questões são apresentadas em linguagem acessível e interativa para os leitores.

A cartilha também traz dicas de como conversar sobre drogas com os filhos, identificar sinais de que as crianças e os adolescentes possam estar em situação de risco e como criar um canal familiar de confiança para esclarecimentos, reflexões e apoio.



Foto: Gyselly Fonseca

Integrantes de vários MPs estaduais estiveram nas palestras e oficinas realizadas no MPPE

# Bem-estar é fundamental ao bom trabalho

Pensar cada vez mais em seus integrantes é uma das preocupações do Ministério Público brasileiro. Daí, investir em ações que busquem ampliar o bem-estar no ambiente de trabalho em suas unidades. Com essa finalidade idealizou-se o *Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho*. Ele foi traçado, em junho, no Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por membros e servidores de diversos MPs estaduais que debateram, sugeriram e subscreveram o documento. A atividade foi promovida e coordenada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como uma ação estruturante e faz parte do cronograma do Fórum Nacional de Gestão (FNG) do CNMP.

Por Giselly Veras e Miguel Rios

Durante dois dias, os temas e os caminhos para a formatação do projeto foram discutidos em minúcias. Decidiu-se que se chamará *Rede de Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho no Ministério Público* (Rede GQVT/MP) e terá como objetivo principal “fomentar e apoiar a implementação de programas de qualidade de vida no trabalho nas unidades do Ministério Público”. Com isso, buscar melhoria física e psicológica na realização das tarefas diárias de membros e servidores e, assim, alcançar um padrão de excelência mais uniforme no Brasil.

“Rede é um conceito leve, descentralizado, horizontal e de fluxo contínuo para que o conhecimento e as iniciativas sejam compartilhados e não impostos”, analisou a psicóloga e professora da Universidade de São Paulo (USP), Ana Cristina Limongi-França,

que conduziu palestra e oficinas para que os presentes construíssem o projeto. “Vão-se multiplicar boas vivências adquiridas”, comentou ela.

A psicóloga reforçou que o trabalho saudável e prazeroso é um direito e que pessoas precisam ser cuidadas de forma especializada. “Gestão de qualidade de vida é um permanente esforço em localizar os problemas e interferir, de maneira conjunta, para melhorar e até solucionar”, afirmou. “A condição humana prevê interação social e cooperação. Sem essas atitudes, fica difícil alguma atividade sair a contento”, finalizou.

Também foram discutidos objetivos específicos, métodos de implantação, competências e meios de sensibilizar integrantes dos MPs para adesão ao projeto. Cada MP estadual também terá liberdade para ade-

quar iniciativas de acordo com a cultura e realidade de sua região.

O assessor da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, Rogério Carneiro Paes, que também guiou os debates, estimulou o relato das dificuldades aos participantes. “O CNMP precisa repensar e criar métodos e regulamentações para mudar as realidades que se mostram obstáculos ao projeto, que tem a dimensão temática de qualidade de vida no trabalho”, avaliou. “Mas temos também que estruturar um plano executivo que seja possível de implementar. Não se pode ficar só no discurso e sim construir caminhos”, alertou Carneiro Paes.

Ele ressaltou que os MPs necessitam de cada vez mais autoconhecimento e técnicas específicas para lidar com seus problemas internos. “Na busca pela excelência, traze-



Foto: Giselly Veras

**Rogério Carneiro Paes busca coletar sugestões e insatisfações para que a as dificuldades sejam identificadas e vencidas**

mos especialistas para elaborar o projeto de gestão de pessoas. Ele será construído conjuntamente e legitimado por todos”, assegurou.

O promotor de Justiça e secretário-geral do MPPE, Aguinaldo Fenelon, referendou a fala de Carneiro Paes e lembrou que é preciso ser feliz no trabalho para ser feliz na vida: “O trabalho faz parte da nossa realização pessoal. Passamos horas do dia ao lado de nossos companheiros. Temos que gostar deles”, destacou.

Já o coordenador-geral do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público, Paulo Roberto Ishikawa, destacou o comprometimento dos integrantes do Ministério Público. “É evidente a dedicação de todos na busca para melhorar a qualidade de vida no trabalho dos integrantes do Ministério Público brasileiro, que necessariamente, reper-

cutirá na vida do cidadão”, afirmou.

Ishikawa defende que um equilíbrio entre amor ao trabalho, busca por melhorias e ascensão profissional, assim como trazer satisfação e confiança ao cidadão é a combinação ideal para que o serviço nos MPs se torne vibrante e desperte a realização entre membros e servidores. “A ideia é proporcionar a todos, especialmente aos setores de Gestão de Pessoas, um momento de reflexão sobre o assunto”, concluiu.

Por sua vez, a coordenadora do Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas, Emanuella Koerich Zappellini, afirmou que “o comitê possui várias ações para executar e o Programa de Qualidade de Vida é uma delas. É um conceito novo, mas muito importante, porque investir em qualidade de vida é investir nas pessoas, e consequentemente, na própria organização. Isso faz

**“É evidente a dedicação de todos na busca para melhorar a qualidade de vida no trabalho dos integrantes do Ministério Público brasileiro, que necessariamente, repercutirá na vida do cidadão”, assegurou Paulo Roberto Ishikawa**



Foto:AMCS

**Ana Cristina Limongi-França sugeriu o conceito de rede de informações, por ser leve, descentralizado e de fluxo contínuo**

**“Promover o bem-estar de membros e servidores alavanca o crescimento de nossa Instituição. Temos que oferecer um bom ambiente e interesse pela evolução de nossos integrantes”, comentou Clênio Valença**

com que possamos trazer mais resultados para a sociedade”.

O membro auxiliar da Comissão de Planejamento Estratégico, Anderson Viana Souza, destacou o caráter coletivo da construção do acordo de resultados. “Realizamos um evento de integração entre as unidades do Ministério Público, objetivando a implementação do Planejamento Estratégico na área de Gestão de Pessoas, dentro da concepção de que a construção coletiva legitima e facilita a execução das políticas de gestão na área, desenvolvidas pelas unidades e ramos do Ministério Público brasileiro”, disse.

O acordo de resultados traz ações, prazos e atividades a serem desenvolvidas e implementadas nas unidades do Ministério Público brasileiro. O subprocurador-geral de Justiça em Assuntos Jurídicos, Clênio Valença, reforçou a qualidade de vida no trabalho como um direito de todos. “Promover o bem-estar de membros e servidores alavanca o crescimento de nossa Instituição. Se cobrarmos motivação e comprometimento, temos que oferecer um bom ambiente e interesse pela evolução de nossos integrantes.”

### **Pesquisa**

O evento fez parte do cronograma do Fórum Nacional de Gestão (FNG) do CNMP e contará com a realização de curso e palestra para os integrantes do Ministério Público brasileiro que integram o Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas (CPGP). Trata-se de uma Ação Estruturante idealizada após estudos e pesquisas nas unidades do Ministério Público sobre o quantitativo de licenças médicas e índice de adoecimento nas Instituições.

Segundo os dados levantados pelo CPGP, em 2015 houve um crescimento de 10% na quantidade de afastamentos de membros e servidores em virtude de licença médica com relação aos exercícios de 2013 e 2014. O custo aproximado desses afastamentos é de R\$ 115 milhões, considerando a remuneração mensal de cada categoria e o período de afastamento. Apesar de 55% das unidades terem Programa de Qualidade de Vida e em 65% delas existir departamento médico ou junta médica, apenas 25% realizam avaliação médica periódica.



Foto:AMCS



**Denúncias de retrocesso levaram a promotora de Justiça Irene Cardoso a investigar a situação da população LGBT nos presídios**

# Privação de liberdade, mas não de respeito

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), durante as inspeções ordinárias nas unidades prisionais do Estado do mês de maio, apurou se os direitos da população LGBT estão sendo garantidos, principalmente quanto aos espaços de vivência específicos à população LGBT privada de liberdade em unidades prisionais. Essa medida visa preservar a integridade física dessas pessoas. A transferência para tais espaços é feita de forma voluntária, caso a pessoa privada de liberdade deseje ir.

**Por Izabela Cavalcanti**

Em maio, a promotora de Justiça, da 1ª Vara Regional de Execuções Penais, Irene Cardoso, inspecionou o Presídio de Igarassu e verificou a manutenção do espaço de vivência específico para a população LGBT, conforme preconiza a Resolução Conjunta nº01/2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT), que estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. “A 21ª Promotoria de Justiça de Execuções Penais da Capital recebeu algumas denúncias sobre um possível retrocesso nesses espaços específicos no Presídio de Igarassu. Mas, após a inspeção e conversa com a população LGBT, foi constatado que o espaço está sendo mantido”, explicou Irene Cardoso.

Na inspeção no Presídio de Igarassu, o diretor da unidade prisional, Charles Belarmino, reuniu a população LGBT no local de encontros sociais, para que a promotora de Justiça pudesse fazer algumas explicações

sobre os direitos e a realização de denúncias anônimas através do 0800 (Central de Denúncia do MPPE). Na ocasião, o médico infectologista Rafael Sacramento fez uma apresentação de um vídeo sobre saúde da população LGBT e abriu espaço para tirar dúvidas e conversar sobre a temática.

Nas unidades prisionais da 4ª Vara Regional de Execução Penal (com sede em Petrolina), que ficam em Arcoverde, Salgueiro e Petrolina, na última inspeção feita pelo promotor de Justiça Júlio César Soares Lira, todas estão mantendo o espaço de convivência específico. Da mesma forma, foi verificado pelo promotor de Justiça Ronaldo Roberto, da 3ª Vara Regional de Execuções Penais (com sede em Caruaru), que as unidades prisionais de Canhotinho, Caruaru, Limoeiro e Pesqueira mantêm ativos os referidos espaços. O promotor de Justiça Ronaldo Roberto destaca que essa iniciativa é de extrema necessidade para a preservação da integridade física dessa população, no entanto sem impor essa separação, que

deve ser oferecida aos que voluntariamente optarem por ela.

Para o promotor de Justiça Marcellus Ugiette, que atua na 2ª Vara Regional de Execuções e na Vara de Execuções Penais da Capital, em algumas das unidades esses espaços não condizem com o que foi pensado para atender a essa necessidade, devido à superlotação carcerária, à falta de agentes penitenciários, à falta de apreço pelo tratamento digno aos reeducandos. “Na unidade Barreto Campelo, por exemplo, existe uma rua chamada Casas das Dindas, onde a própria população LGBT construiu uns casebres para se alojarem num espaço estreito entre dois pavilhões”, exemplifica Ugiette.

“A primeira unidade prisional do Nordeste a implantar esse espaço de vivência, para atender a população LGBT que desejasse ser transferida para o referido lugar, foi o Presídio Professor Aníbal Bruno, hoje o Complexo do Curado”, explica Marcellus



Ugiette. Ele ressaltou ainda que o Projeto de Lei nº513 (que trata da reforma e atualização da Lei de Execuções Penais) traz, em seu conteúdo, dispositivos que preveem parâmetros de acolhida de LGBT nas unidades prisionais. O PL 513 aguarda votação no

Senado Federal.

Também está sendo investigada a situação dos direitos da população LGBT nas Unidades Prisionais da Capital, Complexo do Curado e Bom Pastor, pela 8ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania com

a Atuação na Defesa dos Direitos Humanos da Capital. Uma audiência foi realizada pelo promotor de Justiça Maxwell Vignoli, no dia 16 de junho, sobre o Complexo do Curado, e uma outra será no dia 20 de julho, para tratar do Bom Pastor.

## O que é a Resolução conjunta nº01/2014?

Resolução fruto do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNP-CP) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT)

A Resolução estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil e foi publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de abril de 2014.

O Artigo 3º versa que deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos às travestis e aos gays privados de liberdade

em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade. Esses espaços não devem ser destinados à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo (§ 1º). E a transferência da pessoa presa para esses espaços de vivência ficará condicionada à sua expressa manifestação de vontade, inclusive o uso de roupas femininas ou masculinas.

As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas, confor-

me o quarto artigo. Deverá ser garantido às mulheres transexuais tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade, de acordo com o parágrafo único do artigo 4º.

Já o artigo 8º estabelece que a transferência compulsória entre celas e alas ou quaisquer outros castigos ou sanções em razão da condição de pessoa LGBT são considerados tratamentos desumanos e degradantes.

## Primeira Ala LGBT do Brasil

O primeiro espaço instalado de convivência específico para a população LGBT do País foi na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, conhecida como Presídio do Roger, nome dado por causa da localização no bairro do Roger, em João Pessoa – Paraíba. A Ala LGBT foi sugerida a partir da iniciativa de movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) de João Pessoa, principalmente o Movimento do Espírito Lilás, e criada, em setembro de 2013, pelo Secretário de Assuntos Penitenciários da época, Walber Virgulino.

A avaliação dos aspectos positivos e negativos trazidos à população carcerária da Ala LGBT após a instalação em setembro de 2013, no Presídio do Roger, foi tratada no artigo *Qualidade de vida dos detentos*

(as) da *Primeira Ala LGBT do Brasil*, escrito por Cicero Pereira Eustaquio Junior, Marília Meyer Bregalda (ambos da área de Terapia Ocupacional) e Bianca Rodrigues da Silva (da área de ciências sociais). O artigo foi publicado na Revista Bagoas – Estudos Gays: gênero e sexualidades, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, volume 9, nº 13, de 2015.

Segundo o artigo, a população LGBT dentro desse contexto tem seu histórico marcado por violências, abusos e violações de direitos. Nota-se um constante preconceito sofrido, sendo duplamente categorizado, pois, além do status de marginais, esses sujeitos fogem dos padrões heteronormativos impostos pela sociedade, como no caso das travestis, que são condenadas pela sua identidade de gênero.

Entre uma das observações, os autores apontam que, a partir da análise das falas das pessoas entrevistadas, o convívio dentro da Ala LGBT do Presídio do Roger acarretou uma melhora significativa para a qualidade de vida desses indivíduos, levando em conta que esta se define a partir da satisfação individual no que tange às relações pessoais e do ambiente em que vivem. Pode-se perceber nos relatos e na observação de campo que houve um aumento na participação social dentro da Ala, como também uma melhoria nas condições físicas do ambiente, mudança de vestimentas, entre outros fatores considerados importantes pela população que convive na Ala LGBT. Embora o resultado do questionário aplicado tenha expressado valor mais negativo.



## Entrevista / Rafael Sacramento

*O médico infectologista Rafael Henrique Machado Sacramento foi contratado pela Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres) de Pernambuco e está atuando em dez unidades prisionais do Estado de Pernambuco. Nesta entrevista ao MPPE, ele fala sobre as condições de saúde da comunidade LGBT nas prisões estaduais. Confira.*

### **Há um acompanhamento da saúde da população LGBT nas unidades prisionais?**

Todas as pessoas vivendo nas Unidades Prisionais (UPs) são assistidas por equipes de saúde que oferecem o atendimento básico e algumas especialidades. atendimentos mais complexos, exames laboratoriais e de imagem e consultas com especialistas são feitos na rede do SUS. Então, além do que já é oferecido a todos as pessoas privadas de liberdade, a população LGBT recebe atenção especial em saúde mental, infecções de transmissão sexual e em aspectos clínicos diretamente relacionados às espe-

cificidades que este grupo apresenta.

O modelo ideal, na minha opinião profissional, é o mesmo usado nas comunidades com os Programas de Saúde da Família, mas infelizmente ainda vivemos nas UPs o modelo hospitalocêntrico, focado na cura ou tratamento de doenças e não na prevenção delas. As equipes de saúde consomem quase toda sua carga horária em consultas e tratamentos e pouco sobra para as ações de prevenção, redução de danos e informação em saúde.

### **Quais as orientações básicas de saúde que vem desenvolvendo nos atendimentos?**

Os atendimentos são individualizados e possuem, de forma simplificada, três etapas para serem assertivos e confortáveis para a população LGBT: abordagem sensível e acolhedora, escuta técnica e decisão clínica compartilhada.

Basicamente partimos de uma abordagem geral e bem liberal, para deixar as pessoas à vontade e, então, falamos objetivamente

dos problemas e soluções, deixando para decidir sobre tratamentos, hábitos saudáveis ou nocivos e outras questões da saúde da pessoa com a total participação e gerência dela, sem impor soluções únicas ou reprimir hábitos que já façam parte do cotidiano já tão sofrido dos privados de liberdade. A redução de danos e a promoção da saúde, individual e coletiva, são os maiores objetivos.

Na minha especialidade, infectologia, os focos são o tratamento do HIV e suas complicações, da tuberculose e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ITSs). Mas grande parte das consultas e atividades de informação em saúde tem como objetivo manter os apenados conscientes dos riscos e consequências das situações de exposição sexual, dos principais sintomas das doenças infecciosas mais comuns e da importância de quebrar as cadeias de transmissão tratando as pessoas doentes para evitar que contaminem outras pessoas.

Então, nosso maior objetivo é manter as pessoas saudáveis, bem informadas e livres dos preconceitos.



## **Ouvidoria do MPPE** **10 anos a serviço da cidadania**



Em 2016, a Ouvidoria do MPPE comemora 10 anos de implantação. Foi um período de muito trabalho ao lado do cidadão, ouvindo e dando encaminhamento a mais de 15 mil denúncias, críticas e sugestões recebidas.

A construção de um Estado com mais cidadania e justiça social é o que motiva a Ouvidoria do MPPE a continuar trabalhando como um canal aberto para o cidadão pernambucano.

**10 anos**  
**Ouvidoria do MPPE**



Canais da Ouvidoria • [www.mppe.mp.br](http://www.mppe.mp.br) • [ouvidor@mppe.mp.br](mailto:ouvidor@mppe.mp.br) • (81) 3182.6776

• Rua do Imperador, 473, Edf. Promotor de Justiça Roberto Lyra, 1º Andar, anexo I, Santo Antônio, Recife/PE, CEP: 50.010-240